

PARTE 2

Reflexões sobre a Escola

Escola mínima, *déficit* grande: a expansão da escolarização em Pernambuco nos anos 1950

Minimum School, Big Deficit: the expansion of schooling in Pernambuco in the 1950s.

André Ferreira da Silva¹
Hatiene Barbosa da Silva França

Resumo: Aborda a escolarização no Brasil para as classes populares, para as regiões de difíceis acessos ou interioranas. Trata da política de Escolas Mínimas de Pernambuco entre 1956-1958 na Secretaria de Educação de Aderbal Jurema e que a inserção da oferta de ensino primário para as populações de baixa renda na pauta política pernambucana nos anos 1950 conta com vetores locais, onde práticas assistencialistas se somavam às propostas de modernização. O trabalho utiliza como fontes documentos das instituições tratadas, atas de reunião, estatísticas e registros de matrícula, legislação estadual, discursos de governantes, iconografia, fontes da Imprensa. Apesar da precariedade da formação destinada às professoras das Escolas Mínimas, reconhece o impacto dessa política na redução do *déficit* escolar, que possibilitou a chegada de escolas em subúrbios e regiões do interior. Estima que, findando a gestão, 01 em cada 03 novos matriculados na Rede de Ensino Primário era estudante de Escola Mínima.

Palavras-chave: Política Educacional, Escola Primária, Interiorização

Abstract: It approaches schooling in Brazil for the workers, for regions with difficult access or inland areas. It deals with the policy of Escolas Mínimas de Pernambuco (1956-1958) in the Aderbal Jurema's management of education and that the inclusion of primary education for low-income populations in the Pernambuco political agenda has local vectors, where welfare practices are added to the modernization proposals. The work uses as sources documents from the treated institutions, minutes of meetings, statistics and enrollment records, state legislation, speeches by rulers, iconography, press sources. In spite of the precariousness of the formation destined to the teachers of the Minimum Schools, it recognizes the impact of this policy in the reduction of the school deficit, which made possible the arrival of schools in suburbs and interior regions. It is estimated that,

1. Pedagogo pela UFPE e pós-graduado pela Universidade Católica de Pernambuco. Docente ensino superior

at the end of the term, one-third of new enrollments in the primary education were students of the Minimum School.

Keywords: Educational Policy, Primary School, Inlandzation

Introdução

A historiografia sobre a escola no Brasil (RIBEIRO, 1992; XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994; ROMANELLI, 2006; MARCÍLIO, 2005) recorrentemente aborda a relação entre a expansão do acesso à escola e a realidade macroeconômica nacional, a escolarização em relação à dinâmica política dos projetos de sociedade e a realidade escolar em relação às culturas pedagógicas das épocas. Contudo, carece de um maior número de escritos sobre o processo de disseminação e dispersão da oferta de escolas no território brasileiro, que relacionem essa oferta com as especificidades locais.

Acerca desta perspectiva encontramos alguns trabalhos, em sua grande maioria escritos nos últimos dez anos, que tratam dessa disseminação e salientam a importância das escolas núcleos ou multisseriadas na expansão da oferta de escolas no país, em especial nas zonas rurais. Nestes, o termo usado para tal tipo de escola é Escola Isolada.

Neste sentido, Adriana do Carmo de Jesus (2018) aborda a criação e extensão dessas escolas no interior de São Paulo no período entre a Proclamação da República e a Reforma de Sampaio Dória (1889–1921). Examinou documentos do Arquivo Público de São Paulo (SP), da Assembleia Legislativa de SP, além de Anuários e Relatórios da Inspeção do referido estado. Defende que, a despeito de estarem mais presentes nas periferias e zonas rurais, as Escolas Isoladas não antecediam nem concorriam com os grupos escolares; pelo contrário, tais escolas se desenvolviam concomitantes à valorização dos grupos escolares. A pesquisadora associa a expansão dessas escolas no interior paulista ao vertiginoso desenvolvimento econômico advindo da agricultura cafeeira que, atraindo significativo crescimento populacional, demandou a expansão da oferta de escolas; onde os grupos escolares eram abertos nas grandes cidades e as escolas isoladas atendiam localizações características das classes trabalhadoras. Assim, antes de serem concorrentes ou uma preparação para futuros investimentos em grupos escolares, a rede de Escolas Isoladas subsidiava o processo de escolarização. Contudo, sob currículo e cronograma de aulas mais curtos que as escolas regulares e grupos escolares.

Ingrid de Alencar (2016) pesquisou a expansão do ensino e os discursos educacionais republicanos em cidades do norte do Espírito Santo, mais detidamente sobre Colatina e São Mateus, de 1908 a 1930. Salienta que a precariedade das edificações dos grupos

escolares naquelas cidades e a disseminação de Escolas Isoladas, também constituídas sob condições desfavoráveis, expressam a fragilidade dos discursos políticos ao se apresentarem como defensores da educação republicana. Em sua investigação, dentre outros, usou Ofícios do Governo, Relatórios, Decretos e Regulamentações sobre a educação.

Jose Edimar de Souza (2015) pesquisou a criação das Escolas Isoladas voltadas para o Ensino Rural na região de Lomba Grande (Novo Hamburgo-RS) entre 1940 e 1950, focando a Cultura Escolar manifesta via o processo de institucionalização e sua relação com as identidades coletivas estabelecidas pela dinâmica dos diversos grupos sociais envolvidos. Além de pesquisa documental, realizou levantamento de fonte oral com alunos e professores de Escolas Isoladas, o que lhe possibilitou abordar distintos aspectos da Cultura Escolar. Assim, aciona metodologicamente o conceito de lascas, entendido enquanto o debruçar-se sobre as frações ou dimensões que compõe uma determinada expressão de Cultura Escolar, que seriam: o tipo de cultura institucional característica, relacionada à normas e currículos específicos; as práticas sociais efetivadas por alunos e professores no interior da escola; o acionamento coletivo dos materiais e artefatos relacionados e característicos do espaço e tempo da escolarização, que neste caso se deu em uma comunidade rural no sul do país. Aponta o protagonismo dessas comunidades em reivindicar, e conquistar, a oferta de escolas públicas para a região, correspondida via a abertura de Escolas Isoladas multisseriadas.

Jordana Ferreira de Faria (2018) investiga o impacto na cultura escolar nos sujeitos com a transformação da Casa Escolar Epitácio Pessoa, então escola isolada rural, para a condição de Grupo Escolar Epitácio Pessoa, se dando no município de Faxinal (Paraná), especificamente, na localidade de Nova Altamira, entre as décadas de 1950 e 1970. Utiliza também levantamento de fontes orais via entrevistas com professoras, além do uso de documentos da Instituição, tais como Atas de Reunião e de Exame, Registro de Matrícula e de Planejamento, analisando ainda Legislação estadual, Discursos de governantes e Estatísticas da época. A pesquisadora constatou que a transformação de Escola Isolada para a condição de Grupo Escolar Epitácio não representou grandes modificações nas práticas das professoras, que continuaram seguindo os mesmos procedimentos de planejamento de aulas e práticas de ensino. Registra, no entanto, que os impactos foram sentidos na esfera da vivência nos ambientes, devido às melhores condições do espaço físico advindas da construção do novo prédio. Anota ainda que, a despeito de narrarem a permanência dos procedimentos e práticas em sala, as docentes contam acerca da percepção de ganho e rendimento desses mesmos procedimentos e práticas agora aplicadas nas classes seriadas, características da sistemática nos grupos escolares.

Daniela Cristina Lopes de Abreu (2013) defende que a escolarização primária

no interior paulista não estava baseada nos grupos escolares. Pois, as Escolas Isoladas eram instituídas tanto pelos governos estaduais e municipais quanto por iniciativas particulares, atendendo, inclusive, demandas de organizações civis constituídas por imigrantes, por negros e, posteriormente, por operários. A investigação se debruça especificamente sobre a cidade de Rio Claro, São Paulo, entre 1889 e 1920. Analisa os esforços para a organização da escolarização imediatamente após a instauração da República até os impactos da Reforma Sampaio Dória, destacando as estratégias desenvolvidas pelas cidades interioranas ao tentarem se adequar às dinâmicas sociais e às mudanças nos requisitos legais, que teve na expansão das Escolas Isoladas uma de suas principais ações.

Angelica Pall Oriani (2015) trata da expansão das Escolas Isoladas no estado de São Paulo, no período de 1917 a 1947. Aponta que os locais urbanos foram privilegiados na implementação das políticas educacionais em detrimento aos espaços periféricos e rurais. Assim, sinaliza que a expansão das escolas primárias para as regiões centrais dos municípios se deu via a abertura de grupos escolares, que representavam os ideais republicanos de modernidade educacional. Por outro lado, as Escolas Isoladas, a despeito da existência de algumas nos espaços urbanos, se voltavam para a população periférica ou rural, sendo secundarizada no universo das prioridades das políticas educacionais do estado. Contudo, tais escolas atenderam a demanda de um significativo contingente populacional cumprindo um papel fundamental na expansão da escolarização primária.

Assim, numa visão mais geral, este texto se propõe a dar uma contribuição à história do processo de escolarização no Brasil sob a perspectiva das iniciativas para os estratos menos favorecidos da sociedade bem como para as regiões de difíceis acessos ou afastadas dos grandes centros urbanos, buscando salientar, no âmbito da cultura escolar, não apenas os elementos do “funcionamento interno” (JULIA, 2001, p. 12) às escolas, porém, também entendo que: “Para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades” (JULIA, 2001, p. 11).

Por conseguinte, além de apresentar a proposta de Escolas Mínimas de Pernambuco no contexto da história da escolarização e das culturas escolares no Brasil, procuramos abordar o ambiente político no qual se iniciou a implementação dessas escolas no estado, entre 1956-1958, período da gestão de Aderbal Jurema no governo de Cordeiro de Farias, por compreendermos que as representações (a conexão entre os modos de pensar e de agir) difundidas no seio da sociedade pernambucana traçam as fronteiras que definem o espaço da escola no ambiente cultural dessa mesma sociedade.

Isolada, provisória, mínima: sinonímia para uma escola em carência

Segundo Vidal e Faria Filho (2005), a partir de meados dos anos 1930, a construção de prédios monumentais para abrigar grupos escolares foi sendo, paulatinamente, substituída pelo aparecimento de uma arquitetura escolar mais funcional, caracterizada por edificações mais econômicas e simples, que se opunha à elitização daqueles prédios que representavam a preterição da população mais pobre.

Anísio Teixeira expressa claramente a rejeição ao modelo de ginásios elitistas em entrevista para o Diário Carioca (DC), em 01 de dezembro de 1948, quando afirma que os ginásios “servem para dar entrada às classes ornamentais do país, composta do velho binômio de funcionários e doutores”. Aponta ainda que, tais educandários, encaminham-se para uma substituição improvisada e para a tomada das funções da escola primária, que “vem-se reduzindo a uma escola de alfabetização ineficiente, com perda crescente de prestígio social” (DC, 1948).

Tendo como contexto os primeiros anos do governo de Otávio Mangabeira (estado da Bahia entre 1947 e 1951), a matéria alertava ainda que o problema da baixa oferta de escolas primárias poderia ser notado quando se comparava os cerca de 10.000 matriculados neste ensino inicial com os 5.500 dos ensinos secundários (DC, 1948), estabelecendo a inusitada proporção de mais de um aluno secundarista para dois alunos no primário. Escudado em Teixeira, o texto jornalístico denunciava também que, na Bahia, se encontravam fechadas 342 escolas primárias.

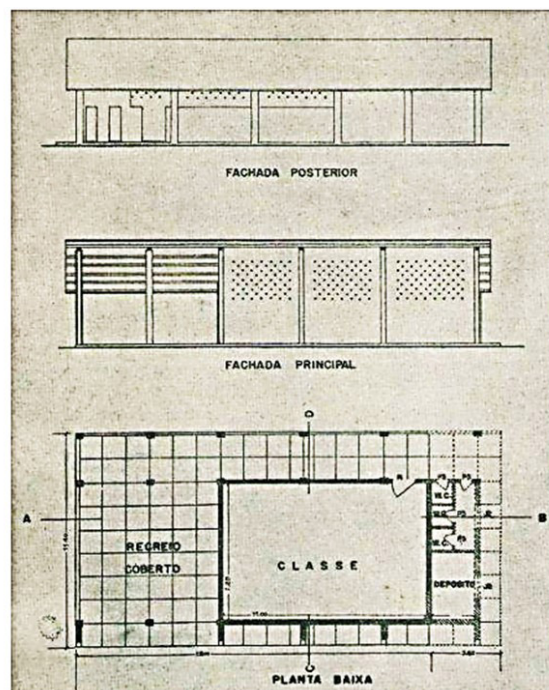
Diante da deficiência da quantidade de matriculados, da necessidade de expandir o número de vagas e da dificuldade de construção imediata de escolas, Anísio Teixeira constitui um plano para a organização de educandários classificando-os em escolas provisórias, semi-provisórias e permanentes (DC, 1948). As escolas provisórias, como o próprio nome diz, funcionariam temporariamente até em galpões, caso fosse necessário; as escolas semi-provisórias, apesar de serem definitivas, eram extremamente econômicas, o que facilitava a construção de novos prédios em povoados e cidades do interior. Por último, as escolas permanentes com várias salas de aula com todos os elementos básicos (auditório, biblioteca entre outros) para uma formação mais completa do aluno, que seria a concepção mais moderna de grupo escolar.

Conforme notícia o Diário Carioca, a palavra provisória indica conseqüente evolução desse tipo de educandário para uma escola mais definitiva, que seria inútil expandir desordenadamente o ensino primário e que o plano visava resgatar a importância da escola primária. Assim, segundo a transcrição da fala de Anísio Teixeira: “A escola a de se fazer o centro da vida e da formação dos hábitos do cidadão, para que o

pobre possa vencer a sua terrível desvantagem de não nascer no ambiente civilizado e rico de estímulos dos favorecidos da fortuna” (DC, 1948).

Segundo Nivaldo Júnior (2011), durante o governo de Otávio Mangabeira, assessorados pelo arquiteto Diógenes Rebouças, Anísio Teixeira e sua equipe desenvolvem, além dos modelos de grupo escolar modernos, uma edificação educacional possível de ser ampliada, que deveria atender aos núcleos urbanos do interior do estado, chamadas de Escola Mínima, que consistia numa sala de aula de 66 metros quadrados, de arquitetura simples (Figura 01), cuja construção deveria utilizar o material disponível nas localidades, inclusive paredes de barro, o adobe.

Figura 01: Planta baixa e fachadas da Escola Mínima na Bahia



Fonte: Júnior, 2011

Porém, na “terra dos altos coqueiros”², segundo Silva e Moura (2023), apesar de ter sido noticiada, em 1950, a expansão da rede de escolas rurais, se prometendo a criação de centenas de escolas no campo, passada uma década, a análise das estatísticas referentes à realidade da educação no estado não comprovaram a efetividade do que se anunciou; pelo trabalho de Silva e Moura, se pode até inferir que o modelo de escolas nucleares multisseriadas fosse o tipo de escolarização adotada para as localidades de ensino rural, pois, em média, “as Unidades de Ensino contavam apenas com 1,04 docente por escola” (SILVA; MOURA, 2023, p. 8); todavia, levando-se em estima

2. 1º verso do refrão do Hino de Pernambuco.

apenas a população rural pernambucana, os números apontavam que havia somente “01 (um) docente para cada 540 habitantes” (SILVA; MOURA, 2023, p. 8), quadro que poderia ser muito mais grave lavando-se em conta que o quantitativo populacional das zonas rurais poderia estar sendo subestimado pelo censo da época; por sua vez, na cidade de Palmares (interior do estado), notória por seus coletivos de poetas e literatos³, ainda era esperada (e reclamada) a chegada do tipo de grupo escolar mais amplo, o ginásio. Assim, apesar de ser também um dos mais importantes municípios da parte sul da região da Zona da Mata, sede de grandes usinas e importante entreposto ferroviário, contando com oficinas de locomotivas e significativo contingente de ferroviários e operários especializados, a cidade do poeta modernista Ascenso Ferreira, até o final dos anos 1940, não tinha um grupo escolar de grande porte, tipo de unidade escolar que tinha no já centenário Ginásio Pernambucano (Recife) sua referência icônica. Por conseguinte, a interiorização da escolarização no estado de Manoel Bandeira não vinha contemplando sequer a elite de seus polos estaduais.

Todavia, em sintonia com as perspectivas apontadas por Teixeira, em meados dos anos 1950, o carro-chefe da política de expansão da escolarização no estado será a Escola Multisseriada regida por uma única pessoa no exercício da docência: a chamada Escola Mínima, nomenclatura usada pelos atores que instituem esse tipo de escola no estado, que, como visto, era chamada Escola Isolada ou Provisória em outras regiões do país.

A pesquisa na Hemeroteca digital no site da Biblioteca Nacional Digital Brasil¹ reforça a recorrência do termo no âmbito de Pernambuco, tendo sido encontradas ocorrências da expressão no jornal Diário de Pernambuco a partir de meados da década de 1950.

Em Barracões ou Mínima: alternativas para a escola em Pernambuco

Acreditamos que a estratégia de enfrentar o *déficit* escolar acionando a construção de salas de aula destacadas receba uma de suas influências com a aproximação do próprio Anísio Teixeira no cenário da política educacional pernambucana nos anos de 1950.

3. “O cognome ‘Atenas Pernambucana’ circulava entre os palmaresenses em correspondência à representação de uma cidade identificada como berço de expressões da cultura letrada, em especial, a poesia. (...) A este cognome soma-se a notória alcunha de ‘Terra dos Poetas’. (...) ambiente de cultura letrada, formado desde o Séc. XIX, que (...) tem no Club Literário de Palmares seu mais significativo emblema. (...) Os clubes e grêmios de poetas e escritores eram as instituições nas quais senhores de terra, clérigos, comerciantes e profissionais liberais realizavam suas práticas, no plano da cultura, permeados pela representação de civilização e modernidade” (SILVA; MOURA, 2023, Pg. 4).

Segundo Kelma Souza (2013), a presença do educador baiano na cena educacional pernambucana se tornou mais efetiva com a organização, em 1957, do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CPPER), um dos cinco centros criados pelo então diretor do INEP⁴, este era a instituição destinado à Região Nordeste, coordenada pelo sociólogo Gilberto Freyre.

Antecedendo a possível influência de Teixeira na formulação da política de Escolas Mínimas, em Pernambuco, nos meados da década de 1940, uma experiência de oferta de escolas para populações pobres foi marcante no cenário educacional da região metropolitana da capital: os Barracões-Escolas criados por José Antônio Barreto Guimarães (1923-1997).

Barreto Guimarães (TCE/PE) foi um educador e político que atuou desde a docência em Matemática à gestão executiva municipal, sendo Prefeito da cidade de Olinda entre 1959 e 1962; foi ainda Deputado Estadual por dois mandatos, chefiou secretarias de governo do estado também em duas gestões, além de ter sido vice-governador (1971-1974) e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Em meados da década de 1940, cria o Serviço de Assistência Social de Olinda (SASO) que, dentre as ações de assistência à população pobre da cidade, destacava-se a criação de espaços de ensino primário e alfabetização de adultos chamados de barracões-escola: galpões de madeira e tábuas, sem paredes, cobertos de palha de coqueiros, com mobiliário improvisado e piso de chão batido. Por conseguinte, eram espaços de ensino destinados a atender às necessidades da população mais carente. Devido ao fato de serem instalados em áreas densamente ocupadas, as crianças e os adultos se deslocavam para as unidades sem o custo do transporte e poderiam assistir às aulas nos barracões-escolas sem a exigência de fardamento escolar, recebendo gratuitamente material didático básico, oportunizando condições de acesso ao ensino fundamental, diante da deficiência de unidades escolares no município de Olinda (DP, 1975).

Barreto Guimarães (De Olinda, 1956) relata que em 1955, primeiro ano de seu primeiro mandato como Deputado Estadual, convida o Secretário de Educação, Aderbal Jurema, para o 7º aniversário de fundação do SASO, o evento aconteceria no Barracão-Escola de Caravelas, em Olinda. Segundo o deputado, o secretário não conhecia esses barracões-escolas, tendo ficado encantado com a iniciativa de oferecer escolas simples e assim atender as necessidades mínimas da população mais carente. Ain-

4. Na época, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Fundado em 1937, teve como primeiro dirigente o educador **Lourenço Filho**; foi dirigido por Anísio Teixeira entre 1952 e 1964. A partir de novembro de 1972, sua nomenclatura é modificada para Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Todavia, desde 2001, em homenagem ao ex-diretor, o Senado aprova a designação atual: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

da conforme Barreto Guimarães, o secretário declarou que o governo deveria fugir de construções grandiosas e, espelhando-se no SASO, instalaria escolas mais simples nos córregos e nos morros da capital e das cidades vizinhas e iniciaria o mais breve possível a construção de escolas simples para a redução do *déficit* escolar no estado. O político de Olinda assevera também que levou Aderbal Jurema à diversas localidades a fim de escolherem o melhor local para instalar seis escolas no município.

Aderbal de Araújo Jurema (BRASIL, 2022; FGV, 2022a; SOUZA, 2013) (1912-1986) bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (em 1935) e licenciou-se em Economia no ano de 1951. Iniciou sua atuação no Jornalismo no ano de 1933, escrevendo para o *Jornal Diário da Tarde*. Foi sócio fundador da Associação da Imprensa de Pernambuco, redator e crítico literário do *Jornal do Comercio*, colaborador no jornal *Correio Brasiliense*, no *Diário de Pernambuco* e no *Diário de Notícias*. Na área educacional, foi professor em várias escolas de Recife. Atuou também como diretor do Ginásio da Madalena e do Ateneu Pernambucano. Em 1944 tornou-se professor da Faculdade de Direito do Recife. Em 1948 elegeu-se presidente da seção de Pernambuco da Associação de Escritores. Em 1951, tornou-se professor catedrático de administração escolar e educação comparada da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, cargo que ocuparia até 1958 (BRASIL, 2022; FGV, 2022a; SOUZA, 2013).

Ingressou na política em 1946 ao filiar-se ao Partido Social Democrático (PSD). No mesmo ano tornou-se diretor do Serviço de Informação Agrícola no ministério de Manuel Neto Campelo, Ministro da Agricultura durante o governo de Eurico Dutra (1946-1951). Em 1951, tornou-se secretário do Ministro da Agricultura, João Cleofas, no governo de Getúlio Vargas. Foi Deputado Federal em várias legislaturas, sendo eleito pela primeira vez no ano de 1958, pelo PSD (BRASIL, 2022; FGV, 2022a; SOUZA, 2013).

Em 1954, foi nomeado Secretário de Educação e Cultura de Pernambuco no final do governo de Etelvino Lins. Em 31 de janeiro de 1955 assume a secretaria no governo do general Oswaldo Cordeiro de Farias, ocupando o cargo até 1958, quando se elegeu para o legislativo federal (BRASIL, 2022; FGV, 2022a; SOUZA, 2013).

Entendemos, que, mesmo que não tenha sido o vetor determinante para a criação da política de Escolas Mínimas do governo do estado, a ação de Barreto Guimarães e sua proximidade com a frente política do governador participam da constituição do campo de práticas e representações que inserem e legitimam a oferta de educação primária para as populações de baixa renda na pauta política em Pernambuco.

Destarte, não apenas o contexto geral do nacional desenvolvimentismo que se forjava a época, demandando a modernização e escolarização da população que era

identificada enquanto mão-de-obra nacional, e não somente as promoções capitaneadas pelo INEP de Teixeira contribuíram para a instalação de um plano para a disseminação da oferta de escolas em Pernambuco, mas, também cooperaram os vetores locais específicos tais como: o governo de Osvaldo Cordeiro de Farias⁵, um líder militar com longo histórico de participação em confrontos políticos cujos índices apontavam para a defesa de uma modernização conservadora, e a atuação de lideranças políticas que tinham na área da educação e assistencialismo importantes filões para seus respectivos capitais políticos.

Por conseguinte, acreditamos que os fatores acima mencionados forjaram o modo de se pensar a oferta de escolas que tentava conciliar o tradicionalismo assistencialista com um discurso de inovação e modernidade no interior da sociedade pernambucana, constituindo-se, na época, como um significativo traço de sua cultura escolar.

O Diário de Pernambuco (DP), em 10 de janeiro de 1956, portanto, no ano anterior à instalação do CPPER, na matéria “Seis Escolas Mínimas vão ser instaladas em Olinda: plano de construção para todo o estado – redução do ‘déficit’ escolar – auxílio à escola profissional”, noticia o plano de construções escolares desenvolvido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, cujo gestor era Aderbal Jurema. Os educandários seriam construídos em terrenos doados ao estado:

As escolas mínimas, possuindo apenas uma única sala de aula, embora aparelhadas com equipamento didático moderno, serão construídas segundo um modelo padrão, ajustável às diversas zonas econômicas e às condições do meio social, principalmente onde os níveis de rendimento se têm revelado muito baixos (DP, 1956, p. 1-16).

A matéria do DP (1956, p. 1-16) informa ainda: que a ação vai se estender para outras cidades do estado, tentando atender à carência de aproximadamente seis mil vagas; que, inicialmente, seriam contempladas seis localidades da Marim dos Caetés

5. Cordeiro de Farias participou da Revolta Tenentista, sendo preso; Integra a Coluna Prestes comandando destacamento; atua na Revolução de 1930, participando do Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas como oficial-de-gabinete do ministro da Guerra; Comanda tropas fiéis ao governo federal na Guerra Paulista de 1932; em 1938, é nomeado interventor no Rio Grande do Sul; Comandou a Artilharia Divisionária da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Grande Guerra Mundial nas conquistas de Montese, Monte Castelo e Castelnuovo; Em 1949, presidiu a Comissão de Elaboração do Regulamento da Escola Superior de Guerra (ESG), nomeado primeiro comandante da ESG, à frente da qual colaborou para a elaboração da doutrina de participação dos militares na vida do país, segundo os padrões militares norte-americanos adotados pelo Exército brasileiro; Promovido a General-de-Exército em agosto de 1952, assume o comando da Zona Militar Norte, cujo Quartel-General é em Recife; Composto a frente de oposição a Getúlio Vargas, lança-se como candidato ao governo de Pernambuco, pela frente formada pelo PSD e os partidos Democrata Cristão (PDC) e Libertador (PL), visando a formação de uma base estratégica no Nordeste contra o governo Vargas e um possível movimento de continuidade golpista por parte deste; Eleito para o governo pernambucano, toma posse em janeiro de 1955 (<https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-cordeiro-de-farias-1>).

próximas a Beberibe (Aguazinha, Sapucaia, Águas Compridas, Córrego do Abacaxi) e que, além do apoio da prefeitura, contavam com a colaboração de empresários e entidade sindical na doação dos terrenos.

O lançamento da política de Escolas Mínimas na referida data é confirmada por registro, no dia posterior, 11 de janeiro de 1956, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, referindo-se à ata da reunião extraordinária do dia anterior, na qual o deputado Barreto Guimarães apresenta um requerimento solicitando que seja incluído na ata “um voto de apoio e congratulações com o Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, pela adoção do plano de instalação de ‘escolas mínimas’ nos morros e córregos de Recife e Olinda” (DO/PE, 1956, p. 44).

No mês seguinte, vários atos do governador Cordeiro de Farias designam promotores públicos para assinarem escrituras de doação de terreno em diversos municípios do estado, de distintas mesorregiões: como Jaboatão, Vitória de Santo Antão e Timbaúba, situadas na chamada Zona da Mata, na maior proximidade com o litoral; como Brejo da Madre de Deus, Camocim de São Félix, Santa Cruz do Capibaribe, Belo Jardim e Vertentes, no Agreste; e como Bodocó, Arcoverde, Serrita, Floresta, Belém de São Francisco e Petrolina, no Sertão (DO/PE, 1956, p. 44).

A mínima solução moderna

Praticamente, um ano após seu anúncio, as escolas de Olinda são inauguradas. A importância política da implantação das escolas pode ser aferida pelo fato deste evento ter sido anunciado como uma das solenidades comemorativas programadas para o segundo aniversário do governo de Cordeiro de Farias, em que a inauguração das escolas se somaria às solenidades de estreias do Pavilhão de Clínica de Urológica do departamento médico do Instituto de Previdência Social do Estado de Pernambuco (IPSEP) e do Centro de Saúde de Olinda, além de se estar prevendo a presença do próprio Ministro da Saúde em todas as solenidades, conforme matéria veiculada no Diário Carioca (RJ) em 5 de fevereiro de 1957.

Ainda no início de 1957, o governo estadual publica longo relatório de seus dois anos de gestão no Diário Oficial (DO/PE, 1957)⁶. Na seção sobre a Secretaria de Educação, registra que, em apenas dois anos, aumentou em 30% a quantidade de ma-

6. Parte deste Relatório foi publicada no Diário de Notícias (RJ), em 17 fevereiro de 1957, na seção “Suplemento de Pernambuco: homenagem do Diário de Notícias ao estado de Pernambuco ‘Prestação contas governo Cordeiro Farias segundo ano de administração’”.

trículas escolares no estado. Salaria também que, em toda a década anterior, o estado diminuiu apenas 2,5% na quantidade de analfabetos, e que “o espantoso crescimento demográfico seja o maior criador de problemas para a capacidade da rede de ensino primário do estado” (DO/PE, 1957, p. 566). Contudo, informa os esforços “em face do grande ‘déficit’ escolar de Pernambuco” (DO/PE, 1957, p. 566): o acréscimo de cerca de mil professoras nos quadros do ensino primário, a abertura de salas seja em Grupos Escolares, Escolas Rurais e Escolas Mínimas, além de Escolas Profissionalizantes. No que se refere às Escolas Mínimas, afirma que os municípios agraciados são “escolhidos pelo critério de *déficit* escolar” (DO/PE, 1957, p. 566) e que já haviam sido construídas 40 escolas mínimas: 12 localizadas na capital e em Olinda, 28 difundidas pelo interior do estado. O relatório registra também a parceria com o INEP e informa ainda que está prestes a firmar novo convênio com o Instituto para a construção de mais 10 Escolas Mínimas no interior do estado.

Ganhando projeção nacional, o plano e outras ações da Secretaria de Educação de Pernambuco são noticiados no Jornal do Brasil (JB), em 21 de agosto de 1957, com a matéria Ergue-se no Recife a mais moderna escola do Brasil, trazendo uma reportagem com o Secretário de Educação de Pernambuco, Aderbal Jurema, e o retrospecto de suas atividades que, dentre outras, cita a criação das Escolas Mínimas no estado. Mencionando que esses prédios eram feitos de alvenaria com sala ambiente de capacidade para 100 alunos em dois turnos. Segundo o secretário, essas unidades de ensino “surgiram da necessidade de levar a escola aos alagados do Recife e aos povoados do interior” (JB, 1957, p. 13). De acordo com a reportagem, o governador Cordeiro de Farias haveria convidado o próprio Gilberto Freyre para assumir a Secretaria, porém, ele asseverara que “o cargo está ocupado suficientemente” (JB, 1957, p. 13), referindo-se a Jurema.

Outros jornais da então capital do Brasil noticiam as ações do campo da educação encaminhadas pela secretaria de Aderbal Jurema. O diário Para Todos (1957) do Rio de Janeiro, apresenta um Caderno Especial com destaque para os problemas da educação em Pernambuco, cuja reportagem tem como subtítulo: Escolas Mínimas: Solução Possível; o Jornal do Comércio (1957), também do Rio de Janeiro, noticia a matéria Pernambuco na dianteira da batalha da Educação, reportando também o trabalho realizado pela secretaria de Jurema e o plano de construção das Escolas Mínimas. Destaque-se, na referida matéria, a recorrência do subtítulo “Escolas Mínima: solução possível”, de dados informativos e frases similares ao já expostos no Diário Oficial e em outros periódicos.

Sob a gestão de Jurema, o governo de Cordeiro de Farias, no campo da educação, encaminha outras ações que, se somando à política de Escolas Mínimas, confi-

guram a proximidade da oferta dessa modalidade de escolarização com as ações assistencialistas, em particular, no que se refere à merenda escolar, que, então consistia na distribuição de leite e de uma espécie de sopa. De acordo com os dados (DO/PE, 1957), a merenda escolar ampliou-se por todo o estado: no segundo semestre de 1955 eram distribuídos leite em pó para 53 municípios e em 1956, todos os 102 municípios de Pernambuco foram atendidos, principalmente nas unidades escolares estaduais e em algumas escolas municipais, perfazendo um total de 129.953 crianças beneficiadas. Em relação às unidades escolares que recebiam merenda, em 1955, esse número era de 218 e no ano seguinte, 1956, o número subiu para 1.210 unidades escolares estaduais e municipais atendidas com leite em pó e a farinha alimentícia. A atuação assistencial escolar do governo informa que distribuiu, no ano de 1956, 128.805 cadernos e lápis aos alunos, além de 30.000 livros de classe em cumprimento do plano denominado de Campanha do Livro Didático Gratuito, além de haver distribuído 1.149 uniformes escolares, fazendo funcionar seis cursos de Corte e Costura em grupos escolares dos subúrbios para mães de alunos,

O aspecto assistencialista, inclusive, se expressa via o incremento das Caixas Escolares nas instituições de Ensino Primário. As Caixas eram instituições de finalidade educacional e assistencial que visavam não apenas o gerenciamento das verbas destinadas às unidades escolares, mas, também a possíveis mobilizações de atores externos à escola (empresariado local, comunidade religiosa e grupos organizados) a favor de contribuírem, financeira ou materialmente, com a vida da escola. Assim, em 1954, no governo estadual anterior, existiam 93 Caixas Escolares; em 1955, primeiro ano do governo, a quantidade passa para 111, e, em 1956, o total é de 685 Caixas (DO/PE, 1957).

Formação docente minimizada

Vimos acima que no Sudeste do país a instituição da Escola Nuclear Multisseriada se deu via alguma forma de precarização, se comparada à instituição de outros tipos de escola, sendo caracterizada seja pela redução do currículo e do período letivo (JESUS, 2018), seja pela precariedade dos espaços físicos (ALENCAR, 2016), seja pela secundarização em relação à primazia dada aos grupos escolares (ORIANI, 2015).

Tendo em vista que a profissionalização do trabalho do educador é um dos principais objetos no campo das investigações em cultura escolar (JULIA, 2001), assinalamos que o termo mínima expressa, além da redução da oferta de conteúdos e da precariedade física, o baixo investimento na formação docente no que se refere à experiência pernambucana.

O Diário Oficial registra que três novas instituições de formação docente (as Escolas Normais Regionais) estariam funcionando desde fevereiro de 1956 em três cidades do Sertão (Floresta, Salgueiro e Afogados da Ingazeira), recebendo jovens do interior para formá-las professoras regionais “integradas nos problemas e possibilidades do seu meio” (DO/PE, 1957, p. 567), sinalizando uma preocupação por parte do governo em adequar a oferta de professoras à realidade dos municípios, sejam do Agreste, Sertão ou Zona da Mata.

Todavia, os Deputados Estaduais Francisco Julião e Clodomir Moraes apresentam, em novembro de 1956, Emendas ao orçamento do estado favorecendo Escolas Normais Regionais em Igarassu, Floresta, Belém do São Francisco e Serra Talhada (DO/PE 23/11/1956, p. 2635-2639). Sendo ambas lideranças das Ligas Camponesas, portanto, diretamente relacionados com as demandas da população do campo, o pedido de ajuste orçamentário, por si só, já levantaria a suspeita sobre o real status dessas escolas nas prioridades políticas do estado. Contudo, a justificativa registrada pelos parlamentares nas Emendas é explícita em denunciar o baixo investimento dispensado à formação das docentes que seriam encaminhadas às escolas do interior:

JUSTIFICAÇÃO:

Em vista da elevação desenfreada do custo dos materiais indispensáveis ao funcionamento das Escolas Normais, não é possível dotar-se aqueles estabelecimentos das ridículas importâncias que lhes couberam no ano passado. (DO/PE 23/11/1956, p. 2635-2639).

A Emenda orçamentária encaminha por duas das principais liderança do movimento campesino nacional aponta que os setores populares organizados reconheciam a importância e disputavam a primazia da oferta de educação para a população trabalhadora do interior com as outras pautas que pressionavam a execução financeira das políticas do estado.

Para o ingresso no curso Normal as pretendentes deveriam ter o Primário Completo, que consistia no acréscimo de mais um aos quatro anos tradicionais do Primário. Em relação ao aperfeiçoamento do professorado primário, temos ainda que

Ao mesmo tempo que ampliávamos materialmente a rede escolar do estado, não foi descuidado o problema vital da qualidade do ensino. Para isso, equipe de professores bem treinadas nas suas especialidade rumaram para o sertão, mata e Agreste, realizando cursos semanais em Salgueiro, Floresta, Garanhuns, Arcoverde, Nazaré da Mata e Limoeiro, que obtiveram proveitosa repercussão no professorado do interior do estado. E na capital, inclusive no período de férias, foram realizados 14 cursos de aperfeiçoamento técnico pedagógico e oito de extensão cultural e artística para um total de 12 em 1955 e de oito em 1934 (DO/PE, 1957, p. 566).

Por conseguinte, a escolaridade mínima exigida para o ingresso na formação para a docência nas regiões interioranas, nas quais o modelo de Escola Mínima era recorrente, sofria a ação compensatória de cursos que pretendiam num período de semanas atualizar as docentes em exercício.

Nova nomenclatura e resultados

O ano de 1958, por sua vez, marca a tentativa oficial de mudança de nomenclatura: define-se o referido modelo de escola como Escola Isolada.

O Diário Oficial de 11 de fevereiro de 1958 inicia a publicação de um conjunto de normativas para o ensino das séries iniciais: no Título II, Da Estrutura e dos Tipos de Estabelecimento de Ensino Primário, o Artigo 14º, registra:

Terão as seguintes designações os estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos:
I - Escolas Especiais (...);
II - Grupo Escolar (...);
III - Escolas Reunidas (...);
IV - Escolas Isoladas, quando possua uma só turma de alunos, dirigida por um único professor;
V - Escolas Supletivas (...).

O documento, no primeiro parágrafo do referido Artigo, também explicita que

As Escolas Isoladas só se justificam em caráter provisório e excepcional, nas localidades em que for de todo impossível manter outros tipos de estabelecimento de ensino. (DO/PE, 1958, p. 95).

No parágrafo seguinte, determina que:

Compete aos inspetores Orientadores do Ensino propor ao Departamento Técnico de Educação Primária a supressão das Escolas Isoladas, sempre que outros tipos de estabelecimento de ensino venham a se fundar na localidade, possibilitando a extinção das aludidas escolas. (DO/PE, 1958, p. 95).

A despeito de resgatar o termo usual no Sudeste, a normativa sobre Escolas Isoladas se ajusta ao conceito de Escolas Provisórias defendidas por Anísio Teixeira.

Todavia, o uso do termo “mínima” resiste nos próprios diários oficiais. Destarte, a partir de 1959, encontramos no Diário Oficial de Pernambuco tanto o termo Escola Isolada (DO/PE, 03/07/1959; DO/PE, 04/07/1959) quanto os termos Escola Mínima e Escola Isolada no mesmo parágrafo (DO/PE, 18/07/1959), e, os dois termos na mes-

ma frase, “escolas isoladas e mínimas” (DO/PE, 15/07/1959), porém, sempre fazendo referência às unidades escolares em locais afastados e destinados à população mais carente. Ainda, podemos encontrar no Diário Oficial, dentre outros, do dia 14 de abril de 1959, na segunda coluna, sessão Unidades Escolares, os termos “Escola Isolada (Mínima) Cais do Areial” (DO/PE, 14/04/1959, p. 2293) e “Escola Isolada Alto da Favela (Mínima)” (DO/PE, 14/04/1959, p. 2294): a palavra Mínima em parêntesis alude à sinonímia dos termos. E, trinta anos depois, no Diário Oficial de Pernambuco de 06 de setembro de 1989, encontramos na Portaria SE-Nº 8268, página 07, o registro segundo o qual uma determinada professora tinha “mantida sua carga horária obrigatória na Escola Mínima Miguel Nunes de Souza”.

Acreditamos que a consolidação do uso do termo nos discursos do período decorre dos bons resultados que o plano de instituição das Escolas Mínimas obteve ao longo do governo de Cordeiro de Farias, sob a gestão de Aderbal Jurema na educação. Para tanto, escudamo-nos nos dados fornecidos pelos Relatórios de Governo relacionando-os com informações fornecidas pelo Anuário Estatístico do Brasil sobre os anos de 1956 e 1958.

O terceiro ano do governo também é registrado com o balanço de ações e obras publicado, desta feita, no Diário de Pernambuco, em 01 de fevereiro de 1958, informando que, em três anos de governo, já tinham sido construídos 20 grupos escolares e 60 Escolas Mínimas (DP, 1958, p. 11)⁷.

O Anuário Estatístico do Brasil sobre o ano de 1956, tratando acerca da quantidade de matrículas no ensino primário estadual, informa que no início de 1956, antes da vigência do plano de Escolas Mínimas, o estado de Pernambuco tinha 73.264 alunos matriculados (BRASIL, 1958).

Tratando do ano de 1958, o Anuário Estatístico do Brasil versando sobre o número de matrículas no Ensino Primário estadual registra que Pernambuco contava com 91.175 estudantes inscritos (BRASIL, 1960).

A primeira relação percentual reveladora que se pode estabelecer do impacto da abertura das Escolas Mínimas no cenário educacional pernambucano se dá quando relacionamos o total de matrículas do anos de 1958 (91.175 inscritos) com o suposto quantitativo de alunos matriculados nas Escolas Mínimas, aproximadamente 6.000 alunos, montante ao qual chegamos multiplicando o total de Escolas Mínimas naquele ano, 60 escolas, com o quantitativo de alunos planejado para a frequência em dois tur-

7. Parte deste balanço será publicado na 1ª e 2ª quinzena/ 04/ 1958 do jornal Para Todos (RJ).

nos, 100 estudantes por escola, como visto acima. Consequentemente, cerca de 6,6% do total geral de matrículas no ensino primário estadual em 1958 correspondia às matrículas nas Escolas Mínimas.

No entanto, a relação percentual mais significativa que se pode estabelecer da importância da instituição das Escolas Mínimas no panorama educativo de Pernambuco se dá quando, do montante geral de 1958, subtraímos o número de matriculados em 1956 (73.264 inscritos), pois, assim, chegamos à variação de matriculados no biênio, ou seja, o quantitativo de novos estudantes matriculados depois de 1956; neste cálculo temos um acréscimo de 17.911 novas matrículas no ensino primário estadual, contabilizadas em 1958. Daí, se em 1958 também tínhamos 60 Escolas Mínimas com um total estimado de 6.000 registrados (100 alunos por escola), temos que o percentual de 33,5% dos novos alunos matriculados eram estudantes das Escolas Mínimas. Ou seja, estima-se que, em 1958, de cada três novos estudantes matriculados na rede estadual de ensino primário, um era estudante de Escola Mínima.

Anote-se também que o Diário Oficial de 26 de agosto de 1958 oficializa a progressão das Escolas Isoladas São Francisco de Assis para Escolas Reunidas, acontecimento que aponta a Escola Isolada/Mínima como possível fator de indução de uma escolarização mais regular e permanente onde antes se quer havia escola.

O ano de 1958 marca o fim do governo de Cordeiro de Farias e da gestão de Aderbal Jurema à frente da Secretaria de Educação e Cultura. Antes de terminar o mandato, o governador renuncia e assume a presidência da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (FGV, 2022 [B]); o secretário se licencia para concorrer a pleito eleitoral, no qual se elege Deputado Federal.

Em 1959, Cid Sampaio assume o governo, tendo como secretário da pasta de educação Lourival Faustino Vilanova, que, em suas primeiras entrevistas na função, ao jornal Diário de Pernambuco (1959, p. 3), retoma as preocupações com o “déficit escolar e desordem na rede de ensino primário”. Porém, reconhece e elogia as ações do professor Aderbal Jurema e justifica a recorrência dos problemas por conta, mais uma vez, do aumento da população escolar na capital e nos municípios do interior do estado. Assume que se encontra obrigado a elaborar “um plano moderado” para a área educacional “dentro das limitadas possibilidades financeiras” (DP, 1959, p. 03).

A secretaria de Vilanova não terá o destaque do seu antecessor. Por sua vez, o governo Cid Sampaio será marcado pelo embate com a ascensão do campo político de esquerda que, congregando populistas-desenvolvimentistas, socialistas e comunistas, teve, respectivamente, em Miguel Arraes, Francisco Julião e Gregório Bezerra três das

lideranças mais emblemáticas.

Considerações finais

Em suma, tendo se proposto a analisar a gestão anterior a de Cid Sampaio, este texto procurou identificar a política de Escolas Mínimas em Pernambuco enquanto um caso de dispersão da oferta de escolas no Brasil, relacionando as especificidades locais com o processo de escolarização para os segmentos mais desfavorecidos da sociedade.

Diante do exposto, consideramos que, a despeito de ainda constar, entre o final do Século XIX e início do Século XX, com um dos estados mais ricos do Brasil, apenas em meados deste último é que a governança de Pernambuco apresenta um projeto de expansão da escolarização para os segmentos rurais e periféricos de sua população.

Destaque-se também que, desde a experiência propiciada pelos barracões-escolas, a motivação para a implementação de uma política de ampliação do acesso à escola caracterizou-se também como uma oferta assistencialista e não apenas como a intenção de alavancagem produtiva da classe trabalhadora, associando a oferta das escolas mínimas pelo estado à manifestação de uma dádiva assistencial, concorrente à instituição de uma cultura escolar de traços republicano-modernos.

Discorreu-se que, para além da dinâmica histórica macropolítica, tais como o impacto do nacional desenvolvimentismo e a implementação mais coesa de uma política nacional para a educação expressa pela gestão de Teixeira no INEP, fatores e dinâmicas locais cadenciaram o ritmo da expansão da escolarização em Pernambuco. Assim, a inserção e legitimação do oferecimento de Ensino Primário para as populações de baixa renda na pauta política pernambucana nos anos 1950 conta também com significativos vetores locais, onde práticas assistencialistas, que incluíam a oferta de educação em seu rol de serviços, se constituíam como importantes veios de capitais políticos. Contudo, a polarização do cenário político em meados dos anos 1950 estende suas disputas também para o campo da política educacional, visto a atuação dos parlamentares associados às Ligas Camponesas em defesa da qualidade das escolas de formação para docentes no interior do estado.

Por conseguinte, distinto do que apontam os estudos sobre outros estados que, ao final do Século XIX e início do Século XX, investiram na expansão, mesmo que precarizada, da escolarização para seus interiores e localidades periféricas sob o ideário da modernização republicana, acreditamos que, em Pernambuco, essa política não se dá nos anos iniciais da República e, quando se dá, recorre também ao argumento de assistir à pobreza, inibindo a possibilidade de se desencadear a valorização de um

processo de ruptura das tradicionais relações sociais e de trabalho pela modernização e qualificação da classe trabalhadora nas zonas rurais ou periféricas.

Vale destacar ainda que, a despeito da grande proximidade com o próprio Anísio Teixeira, a nomenclatura adotada para as Escolas Nucleares Multisseriadas em Pernambuco, inicialmente, não valorizou a ideia subjacente à perspectiva apontada pelo signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação de que essas escolas deveriam ser uma solução transitória para o problema da escolarização. O termo “mínima” acionado nos discursos no estado de Paulo Freire sugere, antes de provisoriedade, um estatuto, uma condição da escola ofertada para a população rural e periférica na província de Joaquim Nabuco.

Apesar disso, e a despeito da precariedade da formação destinada às docentes, não se pode deixar de reconhecer o impacto do plano de Escolas Mínimas na redução do grande *déficit* escolar, quando tal plano possibilitou a chegada de escolas em localidades de grande adensamento populacional, como nos subúrbios de Olinda, e nas regiões interioranas do estado, como nas mesorregiões da Mata, do Agreste e do Sertão. Além de se estimar que, findando a gestão Farias/Jurema, um em cada três novos matriculados na Rede Pernambucana de Ensino Primário era estudante de Escola Mínima.

Referências

- ABREU, Daniela C. L. de. **As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro - São Paulo (1889-1920)**. 2013. (Tese Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2013.
- ALENCAR, Ingrid R. de F. Schmitz de. **Escolarização no norte do Espírito Santo - início do Século XX: das Escolas Isoladas aos Grupos Escolares**. 2016. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. 2016.
- FARIA, Jordana Ferreira de. **A Cultura Escolar como Produto de um Lugar: uma Escola Primária Rural do Interior Paranaense (1950-1970)**. 2018. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2018.
- JESUS, Adriana do Carmo de. **Os Bastidores da Educação Primária: Criação e Expansão das Escolas Isoladas Rurais Em Municípios Do Interior Paulista (1889 –1921)**. 2018. (Tese Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2018.
- JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Trad. Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº1 jan./jun, p. 9-43. 2001. Acessado em: Dominique Julia.pdf (unifesp.br).
- JUNIOR, Nivaldo V. de Andrade (2011). **As obras do plano de edificações escolares de Anísio Teixeira e a arquitetura moderna na Bahia (1947-1950)**. In *9º seminário docomomo Brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente*. Brasília. Acessado em: 146_M03_RM-AsObrasDoPlanoDeEdificacoes-ART_nivaldo_junior

(docomomobrasil.com)

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Instituto Fernand Braudel, 2005.

ORIANI, Angelica Pall. **“A célula viva do bom aparelho escolar”**: expansão das escolas isoladas pelo estado de São Paulo (1917-1945). 2015. (Tese Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2015.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Cortez, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 30º ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, André G. F. da; MOURA, Laudyslaine N. S. de (2023). **“Outra coisa não era senão...”**: Educação Popular e Tensões Políticas em Palmares (Pe) - De 1962 A 1964. Disponível em: | https://www.academia.edu/es/36342293/_outra_coisa_n%C3%83o_era_sen%C3%83o_educa%C3%87%C3%83o_popular_e_tens%C3%95es_pol%C3%8dticas_em_palmares_pe_de_1962_a_1964. Andre Ferreira - Academia.Edu.

SOUZA, Jose Edimar de. **As Escolas Isoladas: Práticas e Culturas Escolares no Meio Rural de Lomba Grande/RS (1940/1952)**. 2015. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade do Vale Do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS). Acessado em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3660>. 2015.

SOUZA, Kelma Fabíola Beltrão de. **Práticas anisianas e freyreanas fazem a educação do Recife/PE (1957-1964)**. 2013. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. 2013.

VIDAL, Gonçalves D.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2005.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luiza; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

Fontes:

BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil - 1958 aeb_1958.pdf (ibge.gov.br). Acessado: 11/04/2022

BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil - 1960 aeb_1960.pdf (ibge.gov.br)_Acessado: 11/04/2022

BRASIL. Biografia Deputados Federais. Acessado em: Biografia do(a) Deputado(a) Federal ADERBAL JUREMA - Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

De Olinda, coluna do jornal Diário de Pernambuco. 12/01/1956.

DIÁRIO CARIOCA (DC); Rio de Janeiro, 01 dez.1948, p. 04

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. (DP), 10/01/1956,

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (DP), 01/02/1958

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (DP), 24/02/1959

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (DP), 31 DEZ. 1975.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (DO/PE), 11/01/1956.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (DO/PE), 23/11/1956.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (DO/PE), 01/02/1957.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (DO-PE), 11/02/1958.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (DO-PE), 14/04/1959

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (DO-PE), 03/07/1959;

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (DO-PE), 04/07/1959

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (DO-PE), 18/07/1959.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (DO-PE), 15/09/1959.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2022^a. Acessado em: [Aderbal de Araujo Jurema CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(FGV.BR\)](#)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2022^b. Acessado em: [OSVALDO CORDEIRO DE FARIAS | CP-DOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#).

JORNAL DO BRASIL (JB), 21/08/1957.

JORNAL DO COMÉRCIO. 14 E 15/10/1957

PARA TODOS. Ano II-Nº31, 2^a quinzena, 08/1957.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (TCE/PE) (2022) Acessado em: [Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - Barreto Guimarães \(tce.pe.gov.br\)](#)